

Políticas Públicas e Empreendedorismo em Contextos Periféricos: O Caso dos Açores como Ecosistema em Transformação

Catarina Rita Gaspar

MECG-Universidade Aberta | catarina.rita.gaspar@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0008-9745-6595>

Resumo: O empreendedorismo tem sido promovido como vetor estratégico de desenvolvimento, sobretudo em regiões periféricas e ultraperiféricas. Nos Açores, as políticas de incentivo procuram responder a constrangimentos estruturais como a dispersão geográfica, os custos de contexto e a reduzida escala do mercado. o presente artigo analisa criticamente o papel destas políticas no fortalecimento do ecossistema empreendedor açoriano, destacando medidas de capacitação, incubação, financiamento e inovação. A investigação assenta numa abordagem qualitativa, de base documental, com recurso a relatórios oficiais, programas de incentivo e literatura académica, complementada por uma análise comparativa com o arquipélago da Madeira e das Canárias. os resultados evidenciam progressos relevantes, nomeadamente no reforço das infraestruturas de suporte, na promoção da educação empreendedora e na modernização digital, mas também revelam limitações associadas à dependência de apoios públicos, ao escasso financiamento privado e às assimetrias territoriais. Conclui-se que a consolidação de um ecossistema empreendedor competitivo nos Açores dependerá da articulação entre políticas públicas, recursos endógenos e redes externas, potenciando inovação, internacionalização e coesão territorial.

Palavras-chave: políticas públicas, empreendedorismo, ecossistemas empreendedores, regiões ultraperiféricas, açores

ABSTRACT

Entrepreneurship has been increasingly promoted as a strategic vector for development, particularly in peripheral and outermost regions. In the Azores, public policies designed to support entrepreneurship aim to address structural constraints such as geographic dispersion, contextual costs, and limited market scale. This article provides a critical analysis of the role of such policies in strengthening the Azorean entrepreneurial ecosystem, focusing on capacity building, incubation, financing, and innovation. the study adopts a qualitative, a document-based approach, drawing on official reports, incentive programs, and academic literature, complemented by a comparative perspective with Madeira and the Canary Islands. the results highlight significant progress in strengthening support infrastructures, fostering entrepreneurial education, and promoting digital modernization. however, they also reveal persistent challenges, including dependence on public subsidies, limited private financing, and territorial asymmetries. It is concluded that consolidating a competitive entrepreneurial ecosystem in the Azores will require stronger

integration between public policies, endogenous resources, and external networks, thus enhancing innovation, internationalization, and territorial cohesion.

Keywords: public policies, entrepreneurship, entrepreneurial ecosystems, outermost regions, azores

1. INTRODUÇÃO

O empreendedorismo tem vindo a afirmar-se como um dos motores do desenvolvimento económico e social, sobretudo em territórios periféricos e ultraperiféricos. Estas regiões enfrentam constrangimentos estruturais associados à sua localização geográfica, à reduzida escala demográfica e ao isolamento em relação aos principais centros de decisão económica (Baldacchino, 2006; Couto et al., 2023; Dentinho & Fortuna, 2019; Silva, 2015).

Na Região Autónoma dos Açores, a construção de um ecossistema empreendedor robusto encontra-se condicionada por fatores como a dispersão geográfica, os elevados custos de contexto e a dependência de apoios públicos. Estas limitações dificultam a consolidação de iniciativas empresariais e influenciam a capacidade de inovação e internacionalização das empresas locais (Branco, 2013; Camilo, 2022; Faria et al., 2013).

Apesar desses desafios, o arquipélago dispõe de recursos de elevado potencial, entre os quais se destacam infraestruturas de ciência e tecnologia, programas de incentivo ao investimento, medidas de apoio à transição digital e iniciativas de educação empreendedora (Andrade et al., 2023; Governo dos Açores, 2024a; TERINOV, 2025). Estes elementos têm vindo a ser referidos na literatura como fatores que podem influenciar a transformação do ecossistema regional.

Neste enquadramento, o artigo propõe uma análise crítica das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo nos Açores, considerando a sua evolução recente, os instrumentos em vigor e os impactos observáveis no ecossistema regional. A análise incorpora ainda referências comparativas a outras regiões insulares, como a Madeira e as Ilhas Canárias, com o objetivo de identificar práticas relevantes que ajudem a compreender as especificidades do caso açoriano (Castanho et al., 2020a) (Castanho et al., 2020b; Castanho et al., 2021).

2. REVISÃO DE LITERATURA

O empreendedorismo é amplamente reconhecido como um vetor de desenvolvimento económico e social, com impacto particular em regiões periféricas e insulares. As políticas públicas de estímulo ao empreendedorismo têm contribuído para dinamizar economias locais, diversificar setores de atividade e promover a inclusão socioeconómica (Baldacchino, 2006; Diogo et al., 2023; Faria et al., 2013; Medeiros, 2022).

2.1. Políticas Públicas de Incentivo ao Empreendedorismo

As políticas públicas direcionadas ao empreendedorismo assumem diferentes modalidades, desde apoios financeiros diretos — como subsídios, benefícios fiscais e créditos bonificados — até medidas indiretas, como infraestruturas, programas de formação, redes de mentoria

ou mecanismos de internacionalização (Andrade et al., 2023; Dentinho & Fortuna, 2019; Fontes, 2022). Enquanto os instrumentos diretos garantem estímulos imediatos à criação de empresas, podem também gerar dependência de apoios públicos. Já os mecanismos indiretos contribuem para bases estruturais mais sólidas, ao reforçar competências, redes de colaboração e integração territorial (Faria & Couto, 2013).

Para além do estímulo à criação de novas empresas, estas políticas procuram promover inovação, diversificação económica, inclusão social e sustentabilidade, refletindo a complexidade do desenvolvimento regional (Diogo et al., 2023) (Diogo et al., 2023; Medeiros, 2022). A literatura mais recente tem valorizado abordagens integradas, assentes num *policy mix* que articule incentivos económicos com áreas como educação, ciência, emprego e ordenamento do território (Cardoso et al., 2012; Couto et al., 2023).

Esta evolução traduz uma passagem de modelos centrados na correção de falhas de mercado para abordagens sistémicas, em que a cooperação entre universidades, centros de investigação, empresas e entidades públicas é apresentada como determinante (Castanho et al., 2020a; NONAGON, 2025). Em regiões periféricas e ultraperiféricas, a adequação territorial das medidas assume especial relevância, dada a escassez de recursos, a fraca conectividade e os constrangimentos de escala. A literatura também tem sublinhado a importância da articulação entre diferentes níveis de governação — regional, nacional e europeu — bem como os riscos associados à fragmentação institucional e à burocracia (Fontes, 2022; Silva, 2015; Rodrigues, 2023).

2.2. Ecosistemas Empreendedores em Contextos Periféricos

Os ecossistemas empreendedores em regiões periféricas e insulares enfrentam constrangimentos específicos que afetam a sua competitividade e sustentabilidade. A reduzida escala demográfica e económica, a dispersão geográfica e a fragilidade dos mercados internos dificultam a emergência de ecossistemas dinâmicos e internacionalizados (Baldacchino, 2006; Dentinho & Fortuna, 2019).

A escassez de capital humano altamente qualificado constitui outro desafio persistente, agravado pela emigração e pela dificuldade em atrair talento externo. Do ponto de vista cultural, verifica-se uma tendência para a aversão ao risco e uma forte dependência de subsídios públicos, fatores que condicionam a propensão empreendedora e limitam a inovação (Branco, 2013; Camilo, 2022; Faria et al., 2013).

Apesar destas limitações, estes territórios dispõem de vantagens competitivas próprias. A identidade cultural, os recursos endógenos e a possibilidade de especialização em nichos como o turismo sustentável, a economia azul e as indústrias criativas oferecem oportunidades de diferenciação e de inserção em mercados globais (Castanho et al., 2023; Fontes, 2019). A literatura recente também tem apontado a digitalização como fator transformador, capaz de mitigar barreiras impostas pela geografia e de ampliar a conectividade entre atores, embora a sua implementação dependa de investimento em competências e infraestruturas adequadas (Roundy, 2022; Governo dos Açores, 2024b).

2.3. O Ecossistema Empreendedor Açoriano

O ecossistema empreendedor açoriano apresenta especificidades decorrentes da sua condição arquipelágica e ultraperiférica. O tecido empresarial é composto maioritariamente por micro e pequenas empresas, com forte presença em setores tradicionais como o turismo, a agroindústria e o comércio, embora se observe um crescimento gradual em áreas emergentes, nomeadamente nas tecnologias de informação, economia azul e indústrias criativas (Batista et al., 2023; Branco, 2013).

A dispersão geográfica das ilhas contribui para a fragmentação do ecossistema, dificultando a articulação entre atores e limitando a difusão equilibrada de iniciativas. Esta concentração de atividades mais dinâmicas nas ilhas de São Miguel e Terceira tem sido identificada como um fator que acentua desigualdades territoriais dentro da região (Castanho et al., 2023; Fontes, 2019).

Do ponto de vista cultural, a aversão ao risco e a dependência histórica de apoios públicos continuam a condicionar a criação de novos negócios e a limitação da propensão para projetos com maior intensidade tecnológica ou vocação internacional (Camilo, 2022; Faria et al., 2013). Por outro lado, a crescente valorização de competências empreendedoras em contexto escolar e académico tem contribuído para uma mudança gradual na perceção social sobre o empreendedorismo, com reflexos na emergência de novas iniciativas (Porfírio et al., 2022; Governo dos Açores, 2024a).

2.4. Políticas Públicas nos Açores

Na Região Autónoma dos Açores, a aposta em políticas públicas de apoio ao empreendedorismo tem procurado responder a constrangimentos estruturais associados à insularidade, à dispersão geográfica e à reduzida escala do mercado. Estas políticas têm sido operacionalizadas através de instrumentos que combinam incentivos financeiros, programas de capacitação e infraestruturas de apoio, alinhados com estratégias de desenvolvimento económico regional e europeu (Direção Regional do Empreendedorismo, 2025; Governo dos Açores, 2024a, 2024b).

O Construir 2030 constitui o principal sistema de incentivos ao investimento empresarial, estruturado em subsistemas adaptados a diferentes perfis de empresas, com majorações específicas para jovens empreendedores e ilhas de menor densidade económica. Complementarmente, o SITDE – Sistema de Incentivos à Transição Digital das Empresas promove a modernização tecnológica através de linhas de apoio à aquisição de equipamentos, consultoria e inovação digital.

A capacitação de empreendedores é assegurada pela Escola de Negócios dos Açores, focada na criação de microempresas e no estímulo ao autoemprego, e pela Academia Empreendedora – Escola de Líderes, que promove a educação para o empreendedorismo em diferentes níveis de ensino (Governo dos Açores, 2024a, 2024b).

As infraestruturas de incubação e ciência e tecnologia desempenham igualmente um papel central, destacando-se a Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores (RIEA),

bem como o TERINOV, na ilha Terceira, e o NONAGON, em São Miguel (Bedo et al., 2007; TERINOV, 2025; NONAGON, 2025).

No domínio do financiamento, destaca-se o Capital Participativo Açores I, que disponibiliza empréstimos participativos destinados a reforçar os capitais próprios das empresas e reduzir a dependência do crédito bancário tradicional. Iniciativas mais recentes, como o Azores Startup Now, procuram ainda estimular o surgimento de novos projetos através de formação, mentoria e apresentação pública de ideias (Direção Regional do Empreendedorismo, 2025).

2.5. Comparações Regionais: Madeira e Canárias

A comparação com outras regiões insulares permite compreender diferentes percursos de fortalecimento dos ecossistemas empreendedores. Na Madeira, a governação tem favorecido uma maior integração entre incentivos, programas de formação e apoio à inovação, contribuindo para avanços na diversificação da economia e na dinamização de setores como o turismo e a economia do mar (Castanho et al., 2020b; Castanho et al., 2021). Nas Ilhas Canárias, a criação de um enquadramento fiscal diferenciado e a inserção em redes europeias permitiram atrair investimento externo e estimular setores emergentes, como as energias renováveis e as tecnologias digitais (Faria & Couto, 2013; Castanho et al., 2020b).

A literatura sobre estas regiões aponta que, embora partilhem constrangimentos semelhantes em termos de escala e isolamento, a governação integrada e a ligação a redes internacionais têm sido fatores críticos para o sucesso das suas políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo.

3. METODOLOGIA

O estudo segue uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, centrada na análise documental. O objetivo foi examinar o papel das políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo nos Açores e avaliar de que forma estas se enquadram no fortalecimento do ecossistema regional.

A recolha de informação baseou-se em fontes secundárias, incluindo legislação regional, relatórios oficiais, programas de apoio ao investimento e documentos estratégicos, bem como estudos académicos e publicações científicas sobre empreendedorismo em contextos periféricos e insulares.

O processo de análise consistiu na identificação e sistematização dos principais instrumentos de política pública implementados na Região Autónoma dos Açores, considerando dimensões como capacitação, incubação, financiamento e inovação. Complementarmente, foi realizada uma análise comparativa com outras regiões insulares, nomeadamente Madeira e Canárias, de forma a enquadrar as especificidades açorianas. A escolha desta abordagem metodológica baseou-se na adequação da análise documental ao objeto de estudo, permitindo relacionar a evidência disponível com os debates teóricos existentes.

4. RESULTADOS

A análise documental mostra que os instrumentos de apoio ao empreendedorismo nos Açores têm produzido efeitos visíveis, mas de alcance desigual. O sistema de incentivos Construir 2030 tem beneficiado sobretudo micro e pequenas empresas, com maior incidência em setores como o turismo, o comércio e a agroindústria, o que confirma a relevância destes setores no tecido económico regional (Direção Regional do Empreendedorismo, 2025).

No campo da digitalização, os apoios concedidos através do SITDE registaram uma adesão significativa por parte de empresas de serviços e comércio, embora setores mais tradicionais, como agricultura e pescas, mantenham níveis reduzidos de integração de soluções digitais (Direção Regional do Empreendedorismo, 2025).

Relativamente à capacitação, programas como a Escola de Negócios dos Açores e a Academia Empreendedora têm assegurado ampla cobertura territorial e formativa. Os documentos analisados indicam, no entanto, que a maioria das iniciativas privilegia metodologias de sensibilização e formação inicial, permanecendo menos frequente a oferta de programas avançados de gestão e internacionalização (Governo dos Açores, 2024a, 2024b).

Quanto às infraestruturas, observou-se que a atividade das incubadoras e parques de ciência e tecnologia (TERINOV e NONAGON) se encontra concentrada nas ilhas de maior dimensão, deixando as restantes com menor acesso a serviços de apoio especializado (Bedo et al., 2007; TERINOV, 2025; NONAGON, 2025).

No domínio do financiamento, mecanismos como o Capital Participativo Açores I representam uma inovação relevante, mas ainda de alcance limitado, com reduzido impacto em setores de maior risco ou inovação tecnológica. Já iniciativas como o Azores Startup Now têm funcionado como porta de entrada para empreendedores em fase inicial, embora com impacto sobretudo localizado (Direção Regional do Empreendedorismo, 2025).

5. DISCUSSÃO

Os resultados analisados permitem identificar fatores que condicionam a consolidação do ecossistema empreendedor açoriano. O predomínio de apoios dirigidos a micro e pequenas empresas evidencia a centralidade destes segmentos para a economia regional, mas também sugere a persistência de uma estrutura produtiva com baixa intensidade tecnológica e limitada orientação internacional (Branco, 2013; Couto et al., 2023).

A reduzida penetração da digitalização em setores primários reflete as dificuldades de difusão tecnológica em regiões insulares, onde os constrangimentos de escala e de qualificação agravam obstáculos já apontados pela literatura em contextos periféricos (Baldacchino, 2006; Dentinho & Fortuna, 2019). Os programas de capacitação analisados, embora relevantes, mantêm-se sobretudo centrados em sensibilização e formação inicial, não respondendo de forma consistente à necessidade de perfis empresariais mais orientados para risco e crescimento global (Camilo, 2022; Porfírio et al., 2022).

A concentração de infraestruturas como o TERINOV e o NONAGON nas ilhas de maior dimensão confirma a centralidade territorial de certos polos regionais, enquanto a literatura tem sublinhado que desigualdades intra-regionais podem limitar a emergência de ecossistemas locais mais robustos (Castanho et al., 2023; Fontes, 2019).

No financiamento, a ausência de capital privado e de investidores especializados continua a ser apontada como uma das principais fragilidades. A dependência de subsídios públicos, identificada em várias análises, constitui um entrave à diversificação e ao crescimento das startups (Faria & Couto, 2013; Dentinho & Fortuna, 2019).

A comparação com a Madeira e as Canárias reforça esta leitura. Na Madeira, a maior integração entre políticas de formação, incentivos e inovação tem sido destacada como fator de dinamismo económico, enquanto nas Canárias a combinação de um enquadramento fiscal diferenciado com a inserção em redes europeias tem favorecido a atração de investimento externo e o desenvolvimento de setores emergentes (Castanho et al., 2020b; Castanho et al., 2021; Faria & Couto, 2013). Nos Açores, a dependência da intervenção pública direta e a menor articulação com redes internacionais continuam a ser apontadas como limitações.

6. CONCLUSÃO

O empreendedorismo tem-se afirmado como uma prioridade estratégica na Região Autónoma dos Açores, refletida na criação de programas de capacitação, incentivos financeiros e infraestruturas de suporte. Os resultados evidenciam progressos relevantes, nomeadamente no estímulo a micro e pequenas empresas, na modernização digital e no reforço de mecanismos de incubação.

Contudo, o ecossistema regional continua condicionado por desafios estruturais: a dependência de apoios públicos, a escassez de financiamento privado, as desigualdades territoriais e uma cultura empresarial ainda marcada pela aversão ao risco. A comparação com outras regiões insulares demonstra que uma maior articulação entre políticas e atores, bem como uma inserção mais consistente em redes internacionais, são fatores decisivos para superar estas limitações.

Consolidar um ecossistema empreendedor mais coeso e competitivo exigirá, assim, reforçar a integração entre educação, incubação, financiamento e inovação, valorizando simultaneamente os recursos endógenos do território. Se devidamente orientadas, as políticas públicas poderão posicionar os Açores como um ecossistema empreendedor de referência, capaz de mobilizar inovação, sustentabilidade e coesão territorial.

7. REFERÊNCIAS

- Andrade, R. D., Pontes, M. D., & Pontes, T. L. (2023). O papel das incubadoras na aceleração do compartilhamento do conhecimento em redes de empreendedorismo. *Revista Contemporânea*, 3(5), 3779–3821. <https://doi.org/10.56083/RCV3N5-020>
- Baldacchino, G. (2006). Innovative development strategies from non-sovereign island jurisdictions? A global review of economic policy and governance practices. *World Development*, 34(5), 852–867. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2005.10.004>

- Batista, M. G., Castanho, R. A., Sousa, Á., Couto, G., & Pimentel, P. (2023). Assessing rural tourism experiences: What can we learn from the Azores region? *Heritage*, 6(6), 4817–4833. <https://doi.org/10.3390/heritage6060256>
- Bedo, D., Dentinho, T. P., & Vieira, J. (2007). Reflexão sobre a rendibilidade da educação na Região Autónoma dos Açores: aspetos teóricos e metodologias. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 16, 5–22. <https://doi.org/10.59072/rper.vi16.240>
- Branco, N. C. (2013). Propensão empreendedora dos estudantes de ensino superior na Região Autónoma dos Açores. *Dissertação de Mestrado*. 147 pp. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. <http://hdl.handle.net/10400.3/1662>
- Camilo, A. L. (2022). A perceção dos jovens açorianos sobre o grau de inovação nos Açores. *Dissertação de Mestrado*. 130 pp. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. <http://hdl.handle.net/10400.3/6372>
- Cardoso, I., Sousa, Á., & Lopes, F. (2012). Caracterização do espírito empreendedor com recurso à análise de dados. In *XIX Jornadas de Classificação e Análise de Dados – Livro de Resumos* (pp. 193–196).
- Castanho, R. A., Couto, G., Pimentel, P., Carvalho, C. B., & Sousa, Á. (2020a). Territorial management and governance, regional public policies and their relationship with tourism: A case study of the Azores Autonomous Region. *Sustainability*, 12(15), 6059. <https://doi.org/10.3390/su12156059>
- Castanho, R. A., Couto, G., Pimentel, P., Carvalho, C., & Sousa, Á. (2020b). Princípios de planeamento estratégico e gestão de turismo rural em territórios ultraperiféricos: O caso de estudo do arquipélago dos Açores. *Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, E36, 30–41.
- Castanho, R. A., Couto, G., Pimentel, P., Carvalho, C., Sousa, Á., & Batista, M. G. (2021). Analysing the public administration and decision-makers' perceptions regarding the potential of rural tourism development in the Azores region. *International Journal of Sustainable Development and Planning*, 16(4), 603–614. <https://doi.org/10.18280/ijstdp.160401>
- Castanho, R. A., Santos, C., & Couto, G. (2023). Creative tourism in islands and regional sustainable development: What can we learn from the pilot projects implemented in the Azores territory? *Land*, 12(2). <https://doi.org/10.3390/land12020498>
- Couto, G., Castanho, R. A., & Santos, C. (2023). Creative and rural tourism, public policies and land use changes: A multi-method approach towards regional sustainable development in Azores Islands. *Sustainability*, 15(6). <https://doi.org/10.3390/su15065152>
- Couto, G., Pimentel, P., Batista, M. G., Sousa, Á., Carvalho, C., & Castanho, R. A. (2021). The potential of rural tourism development in the Azores Islands from the perspective of public administration and decision-makers. *WSEAS Transactions on Environment and Development*, 17, 713–721. <https://doi.org/10.37394/232015.2021.17.68>
- Dentinho, T. P., & Fortuna, M. A. (2019). Como a governança regional limita o desenvolvimento regional: Evidências de um modelo base econométrico para os Açores. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, (52), 25–35. <https://doi.org/10.59072/rper.vi52.462>
- Diogo, F. J. A., Sousa, F., Serpa, S., & Baltazar, S. (2023). *Populações, desigualdades e ação pública* (1.ª ed.). Húmus. <https://doi.org/10.34619/d7wr-jyge>
- Direção Regional do Empreendedorismo. (2025). *Portal Empresas*. Governo dos Açores. <https://empresas.azores.gov.pt>
- Faria, S. D., & Couto, J. P. (2013). Determinantes da propensão para o empreendedorismo: Uma revisão de literatura. *Working Paper Series*, n.º 8/13. 27 pp. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, CEEAplA-A. <http://hdl.handle.net/10400.3/5070>
- Faria, S. D., Couto, J. P., & Tiago, M. T. (2013). (Educ)ação no empreendedorismo: Uma abordagem. *Working Paper Series*, n.º 7/13. 33 pp. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, CEEAplA-A. <http://hdl.handle.net/10400.3/5071>
- Fontes, P. V. (2019). Mercado social de emprego na Região Autónoma dos Açores: Análise da implementação de uma política pública. *Desenvolvimento e Sociedade*, 7. <http://hdl.handle.net/10400.3/6401>
- Fontes, P. V. (2022). Os Açores e a Europa: Ultraperiferia, autonomia e subsidiariedade. *Perspectivas*, 26, 11–24. <https://doi.org/10.21814/perspectivas.3388>
- Governo dos Açores. (2024a). *Academia Empreendedora – Escola de Líderes*. <https://academiaempreendedoraazores.org>
- Governo dos Açores. (2024b). *Escola de Negócios dos Açores*. <https://emprego.azores.gov.pt/programas-emprego/escola-de-negocios>
- Martinho, L. F. (2016). A criação e a continuidade das empresas criadas no âmbito de programas de incentivo ao empreendedorismo na Região Autónoma dos Açores *Dissertação de Mestrado*. 84 pp. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. <http://hdl.handle.net/10400.3/3658>
- Medeiros, N. A. S. (2022). Políticas de apoio ao emprego na Região Autónoma dos Açores: Evolução, inconvenientes, sucesso e propostas. *Dissertação de Mestrado*. 122 pp. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. <http://hdl.handle.net/10400.3/6306>
- Moniz, F., & Simão, J. (2019). A perceção dos stakeholders sobre o desenvolvimento turístico: O caso da ilha de São Miguel, Açores. *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 17(5), 975–988. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2019.17.069>

- NONAGON. (2025). *Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel*. <https://nonagon.pt>
- Pimentel, P., Oliveira, A., Couto, G., Crispim Ponte, J., & Castanho, R. (2021). The Azores archipelago as a region with vast potential for the development of adventure and slow tourism. In *Peripheral territories, tourism, and regional development*. IntechOpen. <https://doi.org/10.5772/intechopen.94411>
- Porfírio, J. A., Carrilho, T., Jardim, J., & Wittberg, V. (2022). Fostering entrepreneurship intentions: The role of entrepreneurship education. *Journal of Small Business Strategy*, 32(1), 1–10. <https://doi.org/10.53703/001c.32489>
- Rodrigues, P. M. (2023). Os sistemas de incentivos como medida de apoio às empresas nos Açores: O caso da Direção Regional do Comércio e Indústria. Relatório de estágio de mestrado. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. <http://hdl.handle.net/10400.3/7067>
- Roundy, P. T. (2022). Artificial intelligence and entrepreneurial ecosystems: Understanding the implications of algorithmic decision-making for startup communities. *Journal of Ethics in Entrepreneurship and Technology*, 2(1), 23–38. <https://doi.org/10.1108/jcet-07-2022-0011>
- Silva, G. (2015). Regiões ultraperiféricas (Açores e Madeira): Mais-valia de Portugal na Europa. *Debater a Europa*, 12. <http://www.europe-direct-aveiro.aeva.eu/debatereuropa/>
- TERINOV. (2025). *Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira*. <https://terinovazores.pt>